

-----**ATA NÚMERO 6/2016**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM ONZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS.**-----

-----Aos onze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias e os Adjuntos da Vereação João Beja, Mabely Moreira e Sandra Silva.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída

em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, e na prossecução de assuntos de interesse municipal, solicitou ao Executivo a entrega aos restantes Vereadores, do documento no qual resultou o novo coeficiente de localização para o IMI, referindo, a este propósito, ser incumbência da Oposição a de fiscalizar e acompanhar este processo.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que a função da Autarquia fora meramente consultiva e não vinculativa. Neste âmbito, disse, foram efetuadas várias consultas assim como diversas propostas, não tendo sido dado conhecimento à Autarquia se as mesmas foram integradas no documento elaborado pela Comissão de Técnicos da Autoridade Tributária.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, e sobre a mesma questão, disse que independentemente do que a legislação obriga, existe um papel político importante na medida em que a definição destes coeficientes teriam que ser integrados na estratégia da Câmara ao nível das suas políticas de urbanismo.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que numa das reuniões da Comissão, referiu a importância de utilizar o coeficiente de localização como

instrumento auxiliar de ordenamento do território no âmbito do PDM, e que lhe fora respondido que essa questão estaria fora da esfera política, pois apenas iria ser tomado em consideração o preço médio das casas nas zonas pré-definidas.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, distribuiu, posteriormente, aos Vereadores da Oposição, fotocópia das atas e dos novos mapas de zonamento para elaboração do novo coeficiente de localização para o IMI.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse ter sido informado da realização de um inquérito telefónico sobre as eleições autárquicas, a ter lugar no próximo ano, havendo o rumor de o mesmo não ter sido realizado por nenhum partido político mas sim pela Câmara, através de recursos próprios, ao que o Senhor Presidente afirmou que a Autarquia não realizara nem tinha conhecimento de qualquer inquérito.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, e relativamente às notícias divulgadas sobre a deliberação da passagem dos bombeiros a sapadores e redução do IMI familiar apelou para um maior cuidado nas informações prestadas aos jornalistas.-----

----- - Respondendo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que os jornalistas deturparam as suas declarações, na medida em que explicou os assuntos abordados no período antes da ordem do dia bem como os documentos

agendados e sujeitos a votação.-----

-----Intervindo, de novo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, abordou uma situação, colocada anteriormente, sobre o casal que procede à manutenção e rega de um jardim, no Bairro da Ajuda.---

----- - O Senhor Presidente informou que os Serviços competentes iriam averiguar o ponto de situação.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, lembrou, novamente, o pedido da listagem sobre o canil do Vasco Gil.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que está aguardando alguns dados a ser prestados pela SPAD e que só posteriormente poderá ser remetida a referida lista aos Vereadores.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou o domínio privado e público da área da Praia Formosa, nomeadamente os balneários que eram utilizados e presentemente se encontram encerrados.-----

----- - O Senhor Presidente informou que os balneários em questão encontram-se em propriedade privada.-----

----- - Por sua vez, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, acrescentou que os balneários agora utilizados são pertencentes à Sociedade Metropolitana.-----

-----Continuando, o Senhor Presidente disse ainda que a estrada de acesso à Praia, a partir do cruzamento é do domínio privado, incluindo o parque de estacionamento.-----

----- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que irá apresentar, numa próxima reunião, uma proposta para a revogação do Plano da Praia Formosa, para que possam ser definidos objetivos no âmbito do PDM.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, chamou a atenção para o estado lastimoso e perigoso do passadiço existente entre a Doca do Cavacas e a Zona da Shell, colocado todos os anos pela Frente Mar, e que é destruído pelo mar.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que a Frente Mar colocara este passadiço provisoriamente, estando a se substituir ao Hotel que é quem tem a responsabilidade sobre o mesmo.-----

---Prosseguindo referiu que no ano anterior, e em reunião mantida com a secretaria regional foi informado que a responsabilidade sobre aquela promenade recaia sobre o Governo Regional, apesar de existir um compromisso verbal de que a Autarquia assegurava a sua manutenção. Neste caso, a se realizar uma intervenção maior, que extravase a conservação, esta deverá ser responsabilidade de quem tem a competência sob o local.-----

----- - Ainda sobre o domínio privado e público da Praia Formosa, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou, acerca do bar existente no local se era privado ou público, ao que o Senhor Presidente respondeu que se trata de

domínio público, sendo o espaço concessionado pela Autarquia, mas que o respetivo concessionário se encontra, atualmente, em processo de insolvência.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou acerca de um circuito pedonal, entre o Lido e a Praia Formosa, anunciado em placas pela Frente Mar, ao que o Senhor Presidente informou que o referido circuito se encontra desativado há já alguns anos.-----

---A este propósito, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, sugeriu a retirada das placas.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para a existência de lixo e sucata num terreno, na descida para a Praia Formosa, junto à ponte, cujo proprietário deveria ser notificado para proceder à sua limpeza.-----

-----Seguidamente, este mesmo Vereador, inquiriu sobre o ponto de situação do circuito pedestre entre São Martinho e Santo António, tendo a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança esclarecido que o processo se encontra em análise.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou sobre a execução das medidas previstas no Programa Municipal de Revitalização do Comércio ao que o Senhor Presidente informou que do cronograma, onde constavam setenta medidas, trinta já estão executadas ou encontram-se em fase de execução.-----

-----Por último, pediu a intervenção da Autarquia no sentido de solicitar à empresa responsável pela execução da obra do Savoy, para proceder ao recuo do tapume existente na Rua Imperatriz D. Amélia, por forma a permitir a circulação pedonal no passeio existente.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, relembrou algumas questões já levantadas, dando como exemplo, a listagem do canil do Vasco Gil, processo com algum desgaste e falta de clarificação, bem como a situação da Escola que sofreria adaptações para a realização de esterilizações.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, respondendo disse que o assunto fora abordado na passada semana e que a referida Escola sofrerá mais algumas obras de adaptação por forma a garantir a segurança do espaço.-----

-----Continuando e relativamente ao “Programa Amianto Zero” e intervenções previstas em alguns Bairros Sociais, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, questionou acerca da planificação deste programa e dos impactos do mesmo, nomeadamente dos realojamentos e, posteriormente, do regresso às moradias após as obras.-----

----- - Sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu: “Desde o início do programa que os Serviços estão a preparar as pessoas que serão alvo de realojamento, ficando realojadas, temporariamente, nas mesmas freguesias para minorar o impacto e neste momento encontra-se tudo preparado

para o início das obras. Existem pessoas de certos bairros alvo de intervenção que já estão realojadas. Posteriormente serão prestadas mais informações detalhadas sobre as obras e todo o processo”.

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, abordou, de novo, o relatório, solicitado na passada reunião, referente ao “Plano Municipal de Combate ao Vetor de Transmissão da Dengue”.

-----Prosseguindo, e sobre a não privatização da Empresa Horários do Funchal, disse existir um conjunto de questões que a Autarquia terá de insistir, nomeadamente algumas zonas sem acesso aos transportes, necessidade de revisão do horário de algumas carreiras assim como a supressão de outras aos fins-de-semana, solicitando, a este propósito, uma informação mais concreta sobre as diligências já efetuadas com a referida Empresa.

-----Continuando, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou a intenção da Autarquia em rever o projeto do “Hotel Savoy”, tendo em conta a opinião da Ordem dos Arquitetos e de algumas dúvidas colocadas pela opinião pública.

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse não terem conhecimento de um parecer da Ordem dos Arquitetos, referindo existir um projeto licenciado pelo anterior Executivo.

----- - Sobre este mesmo assunto, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, referiu que o Plano do Infante foi alvo de

consulta e discussão pública, podendo os munícipes, na altura, terem participado mas não o fizeram.-----

-----Finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou a intenção da Autarquia, e pelas posições assumidas pela AMRAM, da revisão do PAEL, nomeadamente no sentido da redução de custos e dos condicionamentos não serem tão gravosos quanto previsto, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse ter conhecimento que algumas Autarquias a nível nacional estariam já a rever o PAEL pelo que é um assunto que se encontra em estudo.-

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Aquisição de Combustíveis - Abertura de Procedimento:**

- De acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Gestão de Frota (ref^a 076/DIE/DGF/2016), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a “Aquisição de Combustíveis”, com o valor base de € 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil euros) e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: *Efetivos:* Leonel Mendonça; Adelino Filipe; *Suplentes:* Armando Silva e António Neto.-----

2 – OBRAS PÚBLICAS:-----

----- - **Empreitada de “Adaptação para a Loja do Município”** -

Abertura de Procedimento: - A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a execução da empreitada de “Adaptação para a Loja do Município”, com o valor base de € 303.000,00 (trezentos e três mil euros), bem como aprovar as peças processuais e a designação do júri proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Edifícios e Equipamentos (refª 37/DIE/DEE/2016), composto por: a) Leonel Mendonça (Presidente); b) Duarte Jervis (vogal efetivo); c) Elias Gouveia (vogal efetivo); d) José Perneta (vogal suplente); e) Francisco Félix (vogal suplente).-----

---Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, alertou para o facto de ser indicada a preferência de uma determinada marca nos equipamentos a adquirir na parte do projeto de execução e que, à luz da lei, não pode ser mencionado dessa forma acrescentando ainda, que tal como já tinha referido, o valor global de dois milhões de euros era excessivo.-----

3 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO: - A pedido da Administração do Edifício Brazão Gardens I (procº 35744/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 047/DIE/DASB/2016), aprovar a indemnização no valor de € 1.034.27 (mil e trinta e quatro euros e vinte sete cêntimos), referente aos danos causados

em parte do edifício, sito ao Caminho de São Martinho, número dezanove – F, provocados por uma anomalia (derrame) na rede de abastecimento de água.-----

----- - Relativamente ao pedido de indemnização solicitado por Laurinda de Freitas Poeira Simões (procº 50882/15) por danos causados na viatura Renault Renault Clio (30-DG-85), aquando do deslizamento de um contentor de embalão, na Rua Dr. Pestana Júnior, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com a informação do Departamento de Ambiente (refª 0152/DA/2016).-----

4 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, sobre a “Isenção de IMI para municípios afetados pela catástrofe de 20 de fevereiro de 2010”**: - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, fez a

apresentação da proposta, que se transcreve:-----

---“Em 11 de março de 2010, a Câmara Municipal do Funchal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis aos municípios afetados pela intempérie de 20 de fevereiro, para os anos de 2010 e 2011. Posteriormente, a mesma proposta seria aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal de 30 de março de 2010. Na sequência da deliberação, a CMF criou um regulamento específico para permitir que os municípios afetados se dirigissem ao Gabinete de Atendimento ao Público e solicitassem a isenção do IMI pelo período de dois (2) anos. Para efeitos de apuramento dos

danos e habitações afetadas, a Câmara Municipal do Funchal criou equipas com o objetivo de proceder ao levantamento de todas as habitações demolidas, bem como vistoriar todas as habitações afetadas pela intempérie (Reunião da Vereação de 04/03/2010). Segundo informação do Presidente da Câmara Municipal do Funchal à altura, Dr. Miguel Albuquerque, prestada na Sessão da Assembleia Municipal de 30/03/2010, “o total de habitações afetadas que constam no nosso levantamento é de oitocentos e oitenta e uma”, referindo ainda que “trezentas e sessenta e oito eram recuperáveis ou suscetíveis de recuperação, cento e seis estavam em zonas de risco e não eram suscetíveis de recuperação, quatrocentos e sete apresentavam pequenos danos que são suscetíveis de serem reparadas e que estão fora da zona de risco”. Atualmente, ainda que tivessem sido apresentadas propostas do PSD para clarificação desta matéria, o facto é que passados que são praticamente seis (6) anos desde esse fatídico temporal, importa esclarecer a situação atual, quais as habitações que foram alvo de obras de recuperação, quais as que continuam a ser habitados e quais os que, por razões de segurança e outras, deixaram de constituir habitação permanente e/ou estão devolutos ou em ruína, efetuando cruzamento desses dados com o Serviço de Finanças e detetando possíveis casos em que os proprietários, estando impedidos de usufruir dos seus prédios, continuam a ter que suportar impostos com os mesmos. Na sequência desta inventariação, pode a Câmara Municipal do Funchal optar pela

isenção (por exemplo, por dois anos, tal como constava na deliberação de 2010), para os casos em que seja possível efetuar obras de recuperação/reabilitação e que, por alguma razão, tal não foi efetuado anteriormente, ou pela cessação total da cobrança do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis nos casos em que se confirme a ruína total do prédio e a impossibilidade (por exemplo, por a localização do prédio ser considerada numa zona de risco) de utilização atual e futura do mesmo. Naturalmente, que todas as medidas a aplicar teriam que envolver, para além do Município, os municípios visados e o Serviço de Finanças. Estaria, assim, a CMF, a criar condições para uma maior justiça e equidade no tratamento desta questão e na relação com os municípios e contribuintes. Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal do Funchal delibera:

- 1.º - Atualizar o inventário das habitações alvo de danos resultantes do temporal de 20 de fevereiro;
- 2.º - Verificar o estado e as condições das mesmas, detetando situações que não tenham sido alvo de apoios para a sua recuperação/reabilitação e que possam ser agora apoiadas para esse efeito, ou declarando como estado de ruína e impossibilidade de ocupação por parte dos proprietários;
- 3.º- Realizados os levantamentos referidos nos números anteriores avaliar do enquadramento legal com vista à isenção do IMI;
- 4.º- Promover junto dos proprietários ações de informação com vista à concretização da isenção do IMI”.

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, referiu que o PSD já apresentara, neste mandato, deliberações neste

sentido, e que não sendo igual merece a concordância do PSD.-----

---Relativamente a esta proposta, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, assumiu a sua posição favorável, uma vez que, infelizmente, e, em sua opinião, passados seis anos muitas pessoas não têm ainda a sua situação habitacional resolvida.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu que o Executivo nada tem a opor relativamente aos dois primeiros dois pontos, dizendo que existem duas formas para se processar a isenção do IMI, através da inscrição na AT como um benefício fiscal, e que, casualmente e pontualmente a Câmara solicitará a isenção mediante pedido do visado, ou através de apoio ao proprietário num novo registo do prédio.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º. do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

5 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo, nos termos do número um do artigo décimo quinto, da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), com as alterações previstas na Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março (4ª alteração), das listagens referentes aos montantes totais de recebimentos em atraso (€ 25.861.662,85); Compromissos plurianuais (€ 89.275.274,54); Pagamentos em atraso (€ 0), respetivamente, existentes em trinta e um de dezembro/dois mil e quinze.-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou quais as medidas que a Autarquia está a tomar no sentido de liquidar estes valores ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança esclareceu que algumas dívidas estão a ser resolvidas pela via judicial e as restantes mediante notificações.-----

6 – COMPLEXO BALNEAR DO LIDO:-----

----- - **Abertura de Procedimento para “Concessão de espaços no Complexo Balnear do Lido”**: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento para “Concessão de espaços no Complexo Balnear do Lido”, bem como as peças processuais e a designação do júri proposto na informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento (ref^a 09/DCPA/2016), composto por: *Efetivos*: Leonel Mendonça (Presidente); Manuel Rosa (vogal); Ilídio Américo (vogal); *Suplentes*: Carla Sofia Freitas (vogal); António Neto (vogal) e Herberto Bruno Mendes (vogal).-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou o prazo de concessão por quinze anos e o facto de existir um contrato relativo ao domínio público marítimo referente aos complexos balneares.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, perguntou se não houver nenhuma entidade a concorrer, é extinto o estabelecimento retornando o espaço à Autarquia, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que em

caso de não haver concorrentes será aberto novo concurso.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas e dez minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 51/2016, publicada nos locais de estilo.